Ata do 33º Consinasefe

Aos quatorze dias do mês de novembro, do ano de dois mil e dezenove, no Centro de Convenções do Hotel Nacional de Brasília, sito ao SHS, Quadra 01 – Bloco A, Asa Sul, Brasília – DF, às quatorze horas, foi instalada a solenidade de abertura do 33º Congresso Ordinário Estatuinte do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Consinasefe, que teve como tema central - "**É preciso lutar, é possível resistir**". Na oportunidade, a categoria se reuniu para debater e deliberar pela seguinte pauta, conforme Edital de Convocação nº 153, publicado no DOU, em nove de agosto de dois mil e dezenove: 1. Organização e reorganização do movimento sindical; 2. Aprovação do Regimento Interno do 33º Consinasefe; 3. Teses de sindicalizado(a)s sobre Conjuntura; 4. Teses de sindicalizado(a)s para Plano de Lutas e Combate às opressões; 5. Teses de sindicalizado(a)s para alterações do Estatuto; 6. Eleição dos membros e membras para o Conselho de Ética do Sinasefe; 7. Alterações do Estatuto do Sinasefe; 8. Remanejamento/recomposição de cargos da DN. A mesa de abertura foi composta inicialmente pelos três coordenadores-gerais do Sinasefe: Camila Marques, Carlos Magno e David Lobão, que coordenando os trabalhos convidou a compor a mesa de abertura as entidades, partidos políticos e centrais sindicais, como segue: Elma (Fasubra Sindical), José Junior (Fenet), Gabriel (CNTE), Rodrigo Rodrigues (CUT DF), Ricardo Velho (Intersindical), Adriana (CSP Conlutas), Hamilton (PCB), Paulo Reis (PSTU), Jacy Afonso (PT), Gibran (Fórum Sindical Popular e da Juventude de Lutas Por Direitos e Liberdades Democráticas). O convidado, Guilherme Boulos, representante do PSol não pôde comparecer e enviou um vídeo com saudação aos congressistas e à Direção Nacional. Antes do início das intervenções David Lobão convidou a todos e todas, para que de pé, acompanhassem a execução de A Internacional. Em seguida, a palavra foi concedida aos partidos políticos convidados para uma saudação, iniciando pelo PCB, seguido do PSTU e PT. A seguir foi a vez das entidades nacionais e centrais fazerem suas saudações, finalizando com o assessor jurídico do Sinasefe, Dr. Valmir Vieira de Andrade, que parabenizou o Sinasefe, sua base e direção, pelos trinta e um anos de luta. E fez breve intervenção sobre os ataques do governo e o quanto a classe trabalhadora vem sendo duramente atingida, destacando as ações contra a Educação como um todo, onde sofrem servidores e estudantes. Por fim, os três coordenadores-gerais do Sinasefe, Camila Marques, David Lobão e Carlos Magno também agradeceram a presença de todos e todas e, em nome da DN saudaram os congressistas, e declararam aberto o 33º Consinasefe. A Comissão organizadora do congresso compôs a mesa para a leitura e aprovação do Regimento Interno do 33º Consinasefe. Inicialmente foi feita a apresentação da comissão: Rúbia Sagaz, Diacuy Pereira, Aluísio Gomes e Fabiano Deola. Rúbia iniciou a leitura do Regimento Interno do Congresso. Ao longo da leitura foram feitos alguns destaques, que ao final foram debatidos e votados, quando necessário. Em meio ao debate, Cátia Farago apresentou questão de ordem com relação à participação das mulheres com filhos no congresso. Em sua fala Cátia destacou e questionou de o porquê da redução do número de trabalhadoras da Ciranda, em relação ao Encontro de Mulheres

realizado no dia anterior, destacou ainda, a irregularidade no horário da alimentação das crianças. Outras mães também se manifestaram e solicitaram a imediata solução do problema. Rúbia, em nome da comissão pediu desculpas às mães e comprometeu-se que medidas imediatas seriam tomadas para resolução do problema apresentado. A seguir, a leitura foi retomada e o debate do Regimento continuou. Após a discussão, devidas adequações e votações necessárias, a mesa encaminhou a votação do Regimento Interno como um todo, que foi aprovado por ampla maioria. Em seguida a mesa convidou para compor a mesa e fazer uma saudação aos participantes, a Sra. Juliana, porta-voz da Embaixada da Venezuela - Comitê de Resistência da Embaixada da Venezuela, que deu as boas-vindas aos participantes e narrou detalhes do ataque à Embaixada da Venezuela no dia anterior, que ocorreu as quatro horas da manhã, permanecendo por quinze horas, com ameaças e agressões aos integrantes da Embaixada. Juliana manifestou também sua profunda emoção com a disposição dos participantes do congresso, que deixaram suas casas dispostos a organizar a luta. Encerrada a intervenção de Juliana, o congresso foi suspenso para o coffee breake. Às dezenove horas os trabalhos foram retomados. Lobão, coordenando a mesa, deu alguns avisos ao plenário, com destaque para a questão da Ciranda e da alimentação das crianças, que foi rapidamente resolvida pela organização. Informou ainda, que o *coffee breake* que seria oferecido durante o Congresso é fruto da relação do Sinasefe com os movimentos sociais e que os pães, doces, queijos e frutas foram preparados e cultivadas por integrantes dos movimentos sociais. A seguir convidou para compor a mesa, os expositores para o debate de Conjuntura, como segue: Atnágoras Lopes - CSP Conlutas - Gibran - Fórum Nacional da Juventude Sindical e Popular por Direitos e Liberdades Democráticas. Foi justificada a ausência do Andes Sindicato Nacional, que não pôde estar presente em função de atividades fora de Brasília. Na sequência Lobão informou a metodologia e foi feito o sorteio para início das exposições, que começaram por Atnágoras, representante da CSP Conlutas, seguido de Gibran. Ao final das falas, a palavra foi concedida ao representante do MST - Assentamento Canaã, responsável pelo coffee breake, que explicou que todo lanche foi feito artesanalmente e as frutas orgânicas, cultivadas sem qualquer tipo de agrotóxico por integrantes do MST que vivem no assentamento Canaã. Em seguida o debate sobre a mesa de Conjuntura foi aberto ao plenário e foi muito participativo. Finalizadas as reflexões da base, a palavra retornou aos convidados, que agora, em ordem inversa fizeram suas considerações finais. Ao término da mesa de Conjuntura, Lobão agradeceu aos convidados e ao plenário pelo rico debate e passou a palavra a uma das companheiras do congresso, que juntamente com mais vinte e quatro mulheres estiveram na Embaixada no dia da invasão, quando aconteceu o Encontro de Mulheres do Sinasefe, que explicou que, em função dessa intervenção das mulheres do Sinasefe, foram convidadas para participar de reunião de avaliação do ocorrido e traçar estratégias para os próximos dias. Participaram ainda do lançamento do Comitê anti-imperialista. As companheiras trouxeram ainda o apelo da Embaixada, de apoio político e financeiro do Sinasefe para realização de Ato marcado para o próximo sábado. Por conta do avanço da hora, a mesa, em acordo, propôs a suspensão dos trabalhos e a apresentação dos recursos de credenciamento passasse ao primeiro ponto de pauta do segundo dia de congresso, previsto para as oito horas da manhã. Houve acordo e assim, às vinte e duas

horas, a mesa deu por encerrado o primeiro dia do 33º Consinasefe. O segundo dia de Congresso (15/11) O Segundo dia de congresso (15/11), teve início às nove horas. A mesa foi composta por David Lobão, que convidou a Comissão de Organização para compor a mesa e dar início ao ponto “recursos de credenciamento”. Lobão lembrou que alguns participantes perderam o credenciamento por atraso em seus voos e que a Comissão reunida decidiu por credenciá-los sem problemas, uma vez que o atraso se deu por questões alheias à vontade do(a)s companheiro(a)s. Nesse sentido, consultou o plenário, que referendou a decisão, e os companheiro(a)s foram credenciados. Logo após, concedeu o tempo de três minutos para apresentação de cada recurso. Seção IFBA - Matheus informou que o processo foi feito com transparência, porém, três campi não realizaram eleições e a seção preencheu por suplentes de outros locais, solicitando que o congresso autorizasse o credenciamento dos suplentes e observadores como delegados. Foram feitos alguns pedidos de esclarecimentos e a mesa encaminhou as defesas favoráveis e contrárias ao credenciamento. Ao final das intervenções, a mesa encaminhou a votação e o plenário rejeitou o recurso, permanecendo a seção com três suplentes e uma observadora. A seção Araguatins apresentou o recurso solicitando o credenciamento como delegado, de dois observadores, com o argumento de que as dificuldades para compor a chapa para a direção da seção foram enormes, em função da desmobilização e que por esse fato não conseguiram cumprir os critérios da paridade. A mesa solicitou que a Comissão apresentasse os motivos pelos quais não credenciou como delegados os dois observadores. Com a palavra, Fabiano Deola, membro da comissão de organização explicou que a seção, além de não atender ao artigo 48 do Estatuto, que trata da paridade e que a seção não apresentou, nem encaminhou a convocação da Assembleia e que a Ata foi feita pela diretoria, por isso o não credenciamento como delegado dos dois observadores. Foram concedidos três minutos para as defesas a favor e contra e, em votação o congresso decidiu, com abstenções e algumas declarações de voto, pelo não credenciamento dos representantes da seção Araguatins. O IF Fluminense também apresentou recurso por escrito, que foi lido em plenário, informando, que apesar de todos os esforços envidados, a seção não conseguiu implementar a paridade de gênero e que na direção da seção há mais homens do que mulher. Nesse sentido pediu a sensibilidade do plenário do Consinasefe para que autorizasse o credenciamento de seus representantes participantes como delegados. Mais uma vez a Comissão informou que o não credenciamento como delegado(a)s se deu pelo fato de a seção não atender ao artigo 48 do Estatuto. Como nos recursos anteriores, foram feitos alguns pedidos de esclarecimento e abertas as defesas a favor e contra. Encaminhada à votação, o plenário decidiu, com abstenções e várias declarações de voto, pela rejeição do recurso e não credenciamento como delegado(a)s dos representantes do IF Fluminense. Logo após, William Carvalho propôs que o Sinasefe discuta e construa ações no sentido de auxiliar as seções que ainda não conseguiram implementar a política de paridade, construindo esse processo aonde ainda não foi possível. Sobre o tema, a mesa esclareceu que algumas teses rediscutem a seção e o Sinasefe encaminhará o que o 33º aprovar. Superado o ponto, nova mesa foi composta, somente por mulheres, para a apresentação das teses de “Conjuntura, Plano de Lutas e Opressões”. Rúbia coordenou os trabalhos e fez o sorteio da sequência de apresentação das teses e informou que cada tese teria o

tempo de cinco minutos para sua apresentação. Foi feita questão de ordem solicitando que o debate fosse organizado e se desse por eixos. Não houve acordo, a mesa encaminhou as defesas e o plenário votou e acatou a questão de ordem, sendo separadas as teses pelos seguintes eixos e ordem: **Opressões** (74, 72, 75 e 73). **Plano de Lutas** - (82, 79, 83, 78, 81, 77, 84, 80 e 76). **Formulações Políticas** - (94, 97, 86, 102, 88, 100, 95, 101, 89, 91, 99, 87, 92, 85, 96, 90, 98 e 93). As apresentações iniciaram e, em sua apresentação Lobão citou a coordenadora-geral do Sinasefe, Camila Marques, que pediu direito de resposta. Não houve acordo, o plenário se manifestou contra e a favor, houve pequeno tumulto e interrupção no momento da apresentação das teses. Apesar de muitas divergências, o plenário decidiu pela concessão de um minuto para o direito de resposta de Camila. Após a intervenção de Camila Marques a apresentação das teses foi retomada e os trabalhos seguiram. Às treze horas e quarenta minutos, os trabalhos foram suspensos para o almoço, e acordado o retorno em uma hora, para a instalação dos grupos de trabalho durante a tarde, com retomada do plenário às dezoito horas do mesmo dia. Retomado o plenário, David Lobão colocou ao plenário, em função do atraso de retorno, os horários e a duração dos debates dos GTs. Neste sentido, sugeriu que fosse garantido pelo menos o tempo de duas horas para os debates nos GTs e a plenária instalada às 19h. Foram feitas algumas ponderações acerca do tempo para os GTs e, ao final, foi acordado o tempo de duas horas e meia para o debate nos GTs. Com a palavra, Rúbia - Comissão de organização, informou como foi feita a divisão dos grupos, mesclando as seções, garantindo um debate mais amplo e democrático. A seguir foi distribuído ao plenário material para facilitar as discussões nos grupos, apontando as polêmicas sobre os diversos temas, aglutinando as teses por tema. Houve divergência com relação ao método para os trabalhos de grupo, com a divisão de cinco grupos. Foram feitos pedidos de esclarecimentos, os quais a comissão respondeu e dirimiu dúvidas. A seguir foi apresentado um recurso de votação com relação à votação anterior sobre a realização dos GTs do dia de hoje. Em votação, o plenário rejeitou o recurso e os trabalhos seguiram com a divisão dos grupos de trabalho e as respectivas localizações. Às dezenove horas e vinte minutos o plenário foi recomposto. A mesa foi composta por David Lobão e Carlos Magno. Coordenando, David Lobão resgatou a invasão da Embaixada da Venezuela no Brasil. Em sua intervenção, Lobão destacou a solidariedade do MST, MTST, PT e PSol, e a presença dos parlamentares Paulo Pimenta e Glauber Braga, que estiveram na mobilização na porta da Embaixada, para expulsar os invasores do território venezuelano. Em seguida anunciou a presença do Embaixador da Venezuela Freddy Meregote, a quem pediu uma salva de palmas. Lobão lembrou ainda, que as mulheres do Sinasefe, que estiveram na embaixada desde quarta-feira articularam a vinda de Freddy ao Congresso, neste sentido também convidou-as a se posicionarem à frente do Plenário e, em nome da Direção Nacional destacou o orgulho do Sinasefe com a iniciativa das mulheres, e passou palavra às companheiras, que agradeceram e ressaltaram a importância da unidade das forças anti-imperialistas e antifascistas neste momento. Em seguida, Juliana Gouveia, colocou sua emoção e se manifestou seu agradecimento e acolhimento nesse momento delicado. A seguir, Freddy Meregote parabenizou o 33º Congresso do Sinasefe, agradeceu ao convite, apoio do Sinasefe e expôs a situação da Embaixada após a invasão. A seguir, o coordenador-geral do

Sinasefe, Carlos Magno resgatou o atual momento, os ataques do governo federal, assim como o aprofundamento da crise desde o impeachment de Dilma Roussef até a eleição de Bolsonaro. O momento foi encerrado com palavras de ordem: “Viva a luta! Viva a América Latina! Às dezenove horas e cinquenta minutos, os trabalhos foram suspensos por uma hora para a sistematização dos trabalhos dos grupos. Às vinte e uma horas e cinquenta minutos, os trabalhos foram retomados e David Lobão convidou os representantes da CND e CNS para dar os informes atualizados do Seminário Nacional de Carreira do Sinasefe, que anteriormente estava marcado para o primeiro final de semana de dezembro, em São Paulo. No entanto, as comissões encontraram algumas dificuldades para encontrar o local para realização do Seminário. Neste sentido foi constatada pelas comissões a impossibilidade de realização do seminário ainda neste ano. Assim sendo, foram apresentadas duas propostas de data, condicionadas à disponibilidade do local: sete, oito e nove de fevereiro de 2020 ou quatorze, quinze e dezesseis do mesmo mês. Consultado o plenário, foi consenso a realização no mês de fevereiro. Foi remetida ao plenário a decisão de local, conforme as propostas de manutenção de São Paulo, ou no Sindscope, no estado do Rio de Janeiro. **Proposta um** - Sindscope/RJ (aprovada). **Proposta dois** - São Paulo, com a data condicionada à disponibilidade do local, a ser informada até o final deste evento. O plenário decidiu pela realização no Sindscope, no estado do Rio de Janeiro. Em seguida Lobão explicou que um dos grupos não apresentou as suas propostas para serem sistematizadas, o que poderia acarretar problemas para o início dos trabalhos. Foram feitos alguns esclarecimentos e a mesa colocou em votação: **proposta um** - suspensão dos trabalhos por hoje. **Proposta dois** - a não suspensão dos trabalhos (aprovada com abstenções). Logo após abriu-se a discussão com o plenário sobre o tema a ser debatido inicialmente: CSP Conlutas ou as propostas das teses sobre Opressão. Foram feitas as devidas defesas e a mesa encaminhou a votação: **proposta um** – Iniciar os trabalhos pelo debate sobre a CSP Conlutas (aprovada). **Proposta dois** - iniciar os trabalhos pelas propostas das teses sobre opressão. Sendo aprovada a proposta um, com abstenções e uma declaração de voto. O debate foi iniciado, o tema em questão era a desfiliação ou não do Sinasefe à Central CSP Conlutas. Foram feitas três defesas para cada posição. Defenderam favoráveis à desfiliação: Fabiano, Ricardo Velho e William Carvalho. Contrários à desfiliação: Paulo (SC) e Priscila, Magda, Dorval e Patrícia. Ao final das defesas, a mesa colocou em votação: **proposta um** - o 33º Consinasefe delibera pela desfiliação do Sinasefe à CSP Conlutas (aprovada). **Proposta dois** o 33º Consinasefe delibera pela manutenção da filiação do Sinasefe à CSP Conlutas. Sendo aprovada com votos contrários e abstenções, com quatro declarações de voto, a proposta um, de desfiliação à Central CSP Conlutas. Após essa votação, a mesa propôs a extensão dos trabalhos até a meia noite. Não houve acordo, surgiram outras propostas e a mesa colocou em votação: **proposta um** - realizar a discussão da desfiliação do Sinasefe à CEA e suspensão dos trabalhos. **Proposta dois** - Não discutir a desfiliação do Sinasefe à CEA e suspensão dos trabalhos (aprovada). Assim, às vinte e três horas e cinco minutos os trabalhos do segundo dia de Consinasefe foram suspensos, com a previsão de retomada no sábado, às oito horas da manhã. O terceiro dia de Congresso (16/11) teve início às nove horas. A mesa diretora dos trabalhos foi composta por David Lobão, Ana e

Antonildo. Ao iniciar David Lobão lembrou o acordado na noite anterior, que os trabalhos deveriam iniciar pela discussão da desfiliação ou não da CEA e, em seguida, a sistematização das propostas dos GTs sobre o tema “Opressões”. Aliomar apresentou a proposta de seguir a ordem e iniciar o debate seguindo a ordem das teses: Opressões, Plano de Lutas, etc. Assim, David Lobão submeteu ao Plenário. **Proposta um** - início dos trabalhos pelo debate sobre a CEA e depois seguir a ordem das teses (aprovada). **Proposta dois** - início dos trabalhos sem discutir a CEA e então entrar diretamente na ordem das teses. Com abstenções foi aprovada a proposta um. Assim sendo, David Lobão encaminhou duas defesas favoráveis e duas contrárias à desfiliação do Sinasefe da CEA. Defenderam a desfiliação: Magda, David Lobão e Michel. Defenderam a manutenção da filiação: Camila Marques, Xavier e Dorval. Foram feitas as respectivas defesas e a mesa encaminhou a votação. **Proposta um** - O 33º Consinasefe delibera pela desfiliação do Sinasefe à CEA. **Proposta dois** - O 33º Consinasefe delibera pela manutenção da filiação à CEA (aprovada). Aprovada a manutenção da filiação do Sinasefe à CEA, com votos contrários e abstenções com declarações de voto. Finalizada a votação, a mesa passou imediatamente à apreciação das propostas aprovadas nos grupos de trabalho, iniciando pelo tema opressões. Lobão informou que as propostas das teses aprovadas seriam apresentadas pelos grupos e, caso não houvesse contestação seriam consideradas aprovadas, e aquelas que tivessem alguma contestação se faria as defesas contra e a favor e votação. O plenário acatou a metodologia e foi iniciado o ponto. Todas as proposições apresentadas pelos grupos foram amplamente debatidas e votadas, quando necessário. As teses aprovadas sobre o tema “Opressões” foram: **72, 73, 74 e 75**. Vale ressaltar que a discussão da tese 74 foi remetida pelo plenário do Consinasefe ao bloco de teses sobre as alterações estatutárias. As propostas aprovadas no plenário do 33º Consinasefe, **sobre opressões foram**: 1. Que o Encontro de Mulheres tenha o corte de gênero e classe; 2. Que não seja feito um novo Encontro de Mulheres e sim fortalecer e adequar o que já temos, para que possamos fazer encontros com as pautas LGBTQI+ e racial; 3. Que os Encontros Regionais de mulheres sejam associados aos encontros por seções; 5. Fora Bolsonaro e seu governo. 6. Abaixo a política de Bolsonaro e seus ministros, com destaque para os ministérios da Agricultura, Meio ambiente e Direitos Humanos, que pioram ainda mais as condições de vida das mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTQI+ e imigrantes da classe trabalhadora; 7. Articular a luta contra as opressões à luta de classes; 8. Reforçar em suas frentes de luta, já que o sindicato, como instância de organização dos/as trabalhadores/as, tem a tarefa primordial de ampliar a consciência da classe, a importância da pauta de combate às opressões em suas bases. 9. Promover solidariedade internacional entre a classe trabalhadora e os problemas de opressão e exploração sofridas por outros povos. 10. Propor formação política não apenas para a base, mas, principalmente para os coordenadores e coordenadoras acerca da reprodução das opressões no movimento sindical. 11. Desenvolver planos e estratégias que viabilizem e garantam de maneira efetiva a participação das mulheres no sindicato, com a aprovação de creches para crianças filhas e filhos de mulheres e homens nos espaços em que os trabalhos sindicais aconteçam. 12. Fortalecer o Encontro Nacional de mulheres e ampliar o estímulo para que as seções promovam Encontros estaduais. 13. Que o Sinasefe promova formação sobre as

opressões - machismo, racismo e LGBTfobia, para os membros do Conselho de Ética e Direção Nacional. 14. Acolher todas as denúncias de machismo, racismo, LGBTFobia, sem prévio juízo, encaminhando às instâncias responsáveis. 15. Combater o assédio sexual em todas as esferas. 16. Contra o machismo e LGBTQfobia: pela a aprovação do Projeto de Lei nº 291/2015, que pune injúrias praticadas por questões de gênero e orientação sexual. 17. Contra o racismo e contra o genocídio da população negra. 19. Pela realização de encontros e fóruns para a discussão do combate às opressões, assédio moral e sexual no trabalho. Vencidas as teses sobre opressões, foi dado início a discussão das teses de **Plano de lutas.** Seguindo a ordem do caderno de teses, o debate teve início pelas proposições dos grupos, relativos à tese 76. Acompanhando a mesma metodologia do tópico anterior, foram apresentados os destaques, garantindo as devidas defesas, quando necessário e votações. Ao longo do debate, o plenário rejeitou na íntegra as propostas do Plano de Lutas das teses 79 e 82. Foram aprovadas as seguintes propostas: 1. Contra os cortes na Educação, contra o privatizante projeto Future-se, em defesa da Educação Pública! 2. Fora Abraham Weintraub! Basta de ataques às Universidades Públicas e aos Institutos Federais! Em defesa das IFEs! 3. Pelo respeito ao processo democrático nas IFEs! Pela posse dos eleitos nos Institutos Federais, particularmente, o caso de Luzia Mota, do IFBA e do primeiro da lista nas eleições para Reitor nas IFES! 4. Lutar pela revogação das reformas da Previdência e Trabalhista, em defesa dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores. 5. Unificar os trabalhadores nas lutas contra as privatizações que entregam o patrimônio do povo! 2. Em defesa das liberdades democráticas! 6. Contra os ataques ao movimento sindical e popular! Contra as demissões de trabalhadores, em defesa da liberação do exercício da atividade sindical! 7. Pela reorganização da classe trabalhadora! Por um Encontro da classe trabalhadora que unifique os setores combativos do movimento sindical e popular! 8. Em defesa dos povos originários e populações tradicionais das terras dos indígenas e quilombolas e sua autodeterminação em defesa do meio ambiente! 9. Contra a militarização das escolas públicas e assistenciais. 10. Fora Bolsonaro e seu governo. Derrotá-lo nas ruas! 11. Retomada da Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais - CNESF, com realização de Plenárias nacionais com delegações eleitas por assembleias de base. 12. Retomada dos Encontros regionais, sendo um a cada semestre, com a pauta definida nas instâncias nacionais do Sinasefe. 13. Construção de um projeto de Formação voltado para a formação sindical e para a luta de classes e não para programas ou correntes de pensamentos que têm buscado tutelar as direções, instâncias e pautas do movimento. 14. Retomada dos debates pela unidade e/ou unificação dos setores da base da educação federal, buscando a retomada do debate sobre carreira, política salarial, o modelo de educação que queremos para as nossas IFEs, entre outras questões acumuladas nos últimos 30 anos de Sinasefe e demais entidades da educação federal e serviços públicos. 15. Em defesa da Educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Não ao Future-se! 16. Eleições livres, democráticas e paritárias dos reitores, diretores e demais dirigentes dos serviços públicos, pelos trabalhadores e usuários. Não aos interventores! 17. Pela construção de uma mobilização unificada da Educação Federal. 18. O Sinasefe deve trabalhar com ardor e vigor pela racionalização do PCCTAE, conforme o art. 18 da Lei 11.091/2001, com o objetivo de tirar os TAEs que se encontram enquadrados de forma

errada no PCCTAE e num constante processo de desvalorização profissional. 19. RSC para os Técnicos Administrativos. 20. Reenquadramento dos professores aposentados na posição que se encontravam na estrutura física da Carreira quando da data de aposentadoria. 21. Lutar pela aprovação imediata da PEC 555, que retira do aposentado a obrigação de contribuir com a Previdência. 22. Criar um fórum permanente para combater as perdas salariais dos docentes e TAEs aposentados das IFEs e combater todas as irregularidades constatadas. 23. Intensificar a luta pela revogação da EC 95, que aumenta a retirada de direitos da classe trabalhadora. 24. Envidar esforços na construção de espaços coletivos de unidade de ação e também da Greve Geral, juntamente com outras organizações, movimentos sociais, populares de juventude, sindicatos, centrais e frentes, para resistir aos retrocessos impostos pelo atual governo. 25. Lula nas ruas com os movimentos sociais, movimento sindical e juventude para derrotar Bolsonaro. 26. Contra o Future-se e qualquer tentativa de privatizar a educação pública, seja a curto ou longo prazo. 27. Pela revogação da reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular, que precarizam a educação básica e restringem o acesso dos estudantes oriundos da classe trabalhadora ao conhecimento e a uma formação integral. 28. Campanha pela revogação do Decreto Presidencial nº 9.262/2018, que extingue 61 mil cargos federais, afetando várias categorias do PCTTAE. 29. Revogação da Portaria nº 443/2018, que estabelece os principais cargos a serem terceirizados, atendendo normatização do Decreto nº 9.507/2018. 30. Contra o projeto Novos Caminhos. 31. Pela manutenção e defesa dos programas de assistência estudantil e das bolsas de pesquisa e extensão. 32. Campanha salarial pela recomposição dos salários dos/as servidores/as públicos/as federais. 33. Regulamentação da jornada de trabalho dos servidores TAEs dos IFs para o máximo de 30 horas semanais, sem redução salarial. 34. Em defesa do caráter público da Previdência do regime de solidariedade em contraposição ao regime de capitalização. Não ao Funpresp! 35. Contra o Decreto 9991/19, que, contrariando a Lei 8112/90, visa regulamentar as licenças e afastamentos para pós-graduação atingindo diretamente a liberdade de organização interna das IFEs e sua autonomia. Em seguida, Jane, solicitou a palavra para complementar o informe sobre o Seminário de Carreira, que vem sendo proposto e organizado pela CND e CNS. Conforme aprovado no início dos trabalhos, o 33º Consinasefe aprovou a realização no Sindscope, no estado do Rio de Janeiro e que a data estava condicionada à disponibilidade do sindicado. Consultado o sindicato, ficou definido o período de realização, de seis (6) a oito (8) de fevereiro de dois mil e vinte. Jane alertou às seções que já comecem a se organizar, por janeiro ser período de férias, o que pode provocar esvaziamentos das assembleias para a eleição do(a)s delegado(a)s, bem como a compra de passagens aéreas, por se tratar de alta temporada e período próximo ao Carnaval. Ao final da aprovação das propostas das teses, foi informado pela mesa, que a tese de número 103 seria passada para o Plano de Lutas como tese 85-A, pois, por erro não constou do caderno de tese. A mesa informou ainda, que a tese foi discutida apenas pelo grupo três e obteve 10% para trazer ao Plenário. Após breve debate de como submeter a tese ao plenário, a mesa solicitou que Camila fizesse a leitura das propostas de plano de lutas da tese. Assim foi feito, enquanto o plenário apresentava seus destaques. Após amplo debate e votações e ajustes ao texto, foram aprovadas as seguintes propostas da tese 85-A: 36. Fortalecer a atuação nos locais

de trabalho. 37. Mobilizar a categoria para a construção de greves, o nosso maior instrumento de luta. 38. Preparar a categoria para combater a atuações neofacistas que estão polarizando em todos os locais, e que parte dos gestores e reitores que ainda ontem se colocavam como democráticos, hoje se alinham ao governo Bolsonaro para se manter em seus cargos, tendo em vista que é nos locais de trabalho que os ataques se tornam mais complexos e pulsantes. 39. Lutar por melhorias das condições de trabalho e pela defesa intransigente de nossos direitos. 40. Atuar em conjunto com os demais trabalhadore(a)s e fortalecer o vínculo das atividades já desenvolvidas entre as organizações de trabalhadore(a)s da educação, combatendo as ações do capital empreendidas pelo governo Bolsonaro. 41. Contra o governo que nos elegeu como inimigos não daremos sossego, seguiremos fortes na luta, contra o governo e o capital. Fascistas não passarão! Vencido o ponto, às 13h50min os trabalhos foram suspensos para o almoço, com o retorno previsto em uma hora. A parte da tarde foi retomada às 15h20min, a mesa foi composta por Lobão e Ana, inicialmente. Foram dados alguns avisos gerais, por alguns delegado(a)s. Natasha da base do Sindscope fez um apelo à DN, à luz da deliberação do congresso realizado em Salvador, de que antes da contratação do hotel para realização de fóruns do Sinasefe, seja avaliado todo seu histórico com relação aos seus trabalhadore(a)s e verificar com cuidado a alimentação, uma vez que muitas pessoas têm restrição alimentar e o Hotel Nacional de Brasília deixa a desejar. Solicita ainda que sejam adotadas medidas para evitar os grandes atrasos na programação, sacrificando trabalhadore(a)s do próprio hotel e participantes do evento. Iniciados os trabalhos, Fernanda fez a leitura da Carta do 2º Encontro Nacional de Mulheres, que ocorreu na última quarta-feira. Dominique informou que o Encontro contou com a participação de 240 mulheres e, além das propostas, foram aprovadas as seguintes moções, agora submetidas ao plenário do 33º Consinasefe: **1**. Moção de apoio à nomeação de Luzia Mota, eleita reitora do IFBA. **2**. Moção de Apoio à companheira Diacuy Pereira de Andrade Felipe. **3**. Moção de apoio à campanha de reintegração da trabalhadora Hellen Cristina de Oliveira Alves, servidora pública federal do IF São Raimundo Nonato, demitida através de PAD usado como instrumento de perseguição política. **4**. Moção de apoio à dirigente Camila Marques, Coordenadora-Geral do Sinasefe. **5**. Moção de repúdio à conivência das gestões para com as violências que se dão na Rede Federal de Ensino. Ao final da leitura Dominique solicitou que as moções fossem referendadas pelo plenário do 33º Consinasefe. Consultado pela mesa, o Congresso aprovou todas por aclamação, a Carta, com suas proposições e todas as moções apresentadas; vale ressaltar que o relatório completo do II Encontro de Mulheres do Sinasefe, assim como o conteúdo das moções serão encaminhadas em anexo às deliberações do congresso. Em função do atraso das atividades do congresso, a Comissão, em conjunto com a DN propuseram a suspensão do debate das teses de formulação política e se passasse imediatamente às teses de alteração estatutária, uma vez aprovado o plano de lutas, a discussão dessa última seria feita na plenária final. Caso o tempo não fosse suficiente, a comissão propõe que estas sejam discutidas em outros fóruns do Sinasefe. Houve acordo e nova mesa foi formada por Rúbia, Diacuy, Aluísio Clarissa e Fabiano Deola. Coordenando a mesa, Rúbia propôs a proposta da Comissão, de redução do tempo da apresentação das teses de alterações estatutárias, de cinco para

três minutos, objetivando vencer o cronograma, uma vez que não houve debate nos grupos e apresentou a sistematização feita em blocos e as polêmicas identificadas. Não houve acordo, foram feitos alguns questionamentos de o porquê da redução do tempo, se as teses não foram debatidas nos GTs, etc. Foram abertas defesas contrárias e a favor da redução do tempo e a proposta foi a voto. **Proposta um** - Não realização dos GTs, somente apresentação. **Proposta dois** - Garantir os GTs, sem apresentação. O plenário aprovou por ampla maioria e abstenções a proposta um (1), não realização do GT. No segundo momento foi a voto a divergência do tempo de apresentação. **Proposta um** - três minutos. **Proposta dois** - três minutos mais um. Aprovada com abstenções e declarações de voto, a proposta um. Em seguida, foram iniciadas as apresentações na ordem do caderno de teses. Finalizadas as apresentações, Clarissa informou que as teses de números 72, 74 e 85, constantes do bloco de teses políticas, na verdade pertenciam ao bloco das teses de alteração estatutárias. Os proponentes fizeram as devidas apresentações e, em seguida, às 19h10min, os trabalhos foram suspensos para o coffee breake. Às 20h50min o plenário foi recomposto e a mesa coordenada por David Lobão, Carlos Magno e Aluísio. Iniciando, David Lobão explicou a metodologia utilizada pela equipe de sistematização, com o objetivo de agilizar os trabalhos e o congresso conseguir votar as questões mais importantes sobre alteração estatutária. Foram elencados nove temas de discussão, abordados nas teses, aglutinados em blocos de teses que tratavam do mesmo assunto, sendo levantadas pela comissão as polêmicas de cada tema. Inicialmente, as discussões tiveram a seguinte ordem: 1º) organização das seções de base. 2º) Financiamento do Sinasefe. 3º) Composição da Plena. 4º) Eleição, composição e funcionamento da DN. 5º) Congresso. 6º) Preenchimento das vacâncias da DN. 7º) Encontro de Mulheres. 8º) Conselho de Ética. 9º) Outras discussões. Houve acordo com o método, entretanto, William Carvalho propôs que fosse estabelecida outra ordem, priorizando as questões consideradas mais polêmicas que fossem decididas no congresso. Sérgio (PB) apresentou a ordem de prioridades: proporcionalidade, conselho de ética, gênero, opressões, pessoas portadoras de deficiência, financiamento do Sinasefe e suspensão das disposições transitórias. A mesa acatou, porém o plenário não. Assim sendo, a mesa encaminhou as defesas e votação; **proposta um** - manutenção da ordem do caderno. **Proposta dois** - mudança da ordem apresentada pelo plenário. Sendo aprovada a **proposta dois** e a ordem da discussão foi alterada, iniciando pelo **item quatro - Eleição, composição e funcionamento da DN**. Foram feitas duas defesas para a primeira polêmica: proporcionalidade ou majoritariedade. E a mesa encaminhou a votação: **proposta um** - a composição da DN passará a ser por maioria simples. **Proposta dois** - manutenção da composição da Direção Nacional, ou seja, critério da proporcionalidade qualificada. Sendo **aprovada** a proposta dois, com abstenções e com declarações de voto. Durante as falas de abstenção, a coordenadora-geral Camila pediu direito de resposta por ter sido citada. A seguir, Clarissa chamou atenção para o avanço da hora e que questões que podem impactar no dia seguinte precisavam ser debatidas o quanto antes. Assim sendo, apresentou a proposta de suspensão do restante dos tópicos da DN e se passasse ao ponto do Conselho de Ética, cuja decisão poderia culminar com a realização de uma eleição no dia seguinte, que precisaria de prévia organização. Não houve acordo e a mesa submeteu o encaminhamento ao plenário: **proposta um** -

manutenção do debate do ponto do funcionamento da DN. **Proposta dois** - suspensão do debate da DN passando-se imediatamente ao Conselho de Ética (aprovada). A proposta dois foi aprovada com abstenções. Assim, foi iniciado imediatamente o **ponto oito, Conselho de Ética**, **item um - prorrogação do mandato do atual Conselho de Ética**. Não houve acordo e Marcos Dorval defendeu contra e Matheus e William a favor. A seguir, a mesa encaminhou a votação. Encerradas as defesas, a mesa colocou em votação e o plenário aprovou, por ampla maioria, com algumas abstenções e uma declaração de voto, a prorrogação do mandato do atual CE, bem como a periodicidade do mandato de dois anos coincidente ao mandato da Direção Nacional. **Item dois - admissibilidade da denúncia**. Surgiram propostas diferentes da tese e foram encaminhadas as respectivas defesas e votação. **Proposta um** - o juízo de admissibilidade da denúncia, obrigatoriamente seria da Plena ou do Consinasefe. **Proposta dois** (aprovada) - as denúncias deverão ser encaminhadas diretamente ao Conselho de Ética, que fará o juízo de admissibilidade e analisando preliminarmente que a reclamação é infundada, sem indícios e nem provas poderá elaborar relatório opinando pelo arquivamente e submetendo às Instâncias competentes. Nessa hipótese, como não há prejuízo ao(à) acusado(a) não se faz necessário ampla defesa e contraditório. Caso a Plena ou Consinasefe delibere pela continuidade da reclamação, devolverá o processo para o Conselho de Ética realizar a instrução processual e assegurar a ampla defesa e contraditório e, ao final, submeter novamente para deliberação de mérito da Plena ou Consinasefe. **No item quatro, definição da dosimetria:** foram feitas duas defesas e foi consenso no congresso, que o CE deverá sempre analisar caso a caso. A seguir, Matheus solicitou questão de ordem e colocou que na votação anterior, que tratou da admissibilidade, não foram definidas questões importantes como prazo e rito a serem adotados pelo Conselho de Ética. Clarissa propôs que o Conselho, ao atualizar seu Regimento, a partir deste Consinasefe apresente uma proposta de temporalidade e submeta a uma Plena. A proposta foi consenso e Lobão passou à discussão do **item cinco – apresentação do parecer conclusivo**. Conforme as teses, foram apresentadas propostas de que fossem apresentados à Plena, ao Congresso e Plena/Congresso. Foram feitas ponderações para que o rito atual fosse preservado, para o bom andamento dos trabalhos do Conselho. Assim sendo, o plenário do congresso foi consultado e foi consenso: “O parecer conclusivo do CE deverá ser apreciado por Plena; os eventuais casos de destituições e recursos deverão ser encaminhados ao Consinasefe”. Em seguida, o sexto ponto em debate, **item A: o número de membros para a constituição do CE**. Foram apresentadas duas proposições: cinco titulares e cinco suplentes e cinco titulares e três suplentes. Clarissa ponderou de o porquê de a composição não ser de cinco titulares e cinco suplentes. Foram feitas as defesas. Consultado o plenário, ninguém defendeu a composição de cinco e três. Assim sendo, foi consenso que o CE deverá ser composto por cinco titulares e cinco suplentes. **O item b – conselheiro não pode ser dirigente da DN e, ou, seções sindicais**. Foram feitas argumentações no sentido de que o Conselho de Ética tenha o mesmo tratamento do Conselho Fiscal. A seguir a mesa consultou o plenário em votação, que aprovou: os dirigentes da DN e seções não poderão concorrer às eleições para o Conselho de Ética do Sinasefe. No item “c” houve consenso de manter que o membro mais votado do CE será o presidente, assim como o **item d –**

permissão de uma única reeleição para o Conselho de Ética. Em seguida Clarissa apresentou questão de ordem, lembrando que o teto estabelecido pelo plenário era até às vinte e duas horas e trinta minutos e que ainda faltava a discussão sobre a eleição da Comissão Eleitoral para o próximo Consinasefe eleitoral, propondo a suspensão da discussão do CE e votação do ponto sobre a comissão eleitoral, com a retomada do item sete no domingo pela manhã. A mesa acatou e consultou o plenário que teve acordo. Assim, David Lobão passou imediatamente ao item quatro da quinta discussão: eleger comissão eleitoral. Não houve necessidade de defesa e a mesa encaminhou a votação: **proposta um** – A comissão eleitoral do Consinasefe deve ser eleita em congresso da categoria. **Proposta dois** - A comissão eleitoral do Consinasefe deve ser eleita em Plena. Aprovada, por ampla maioria e algumas abstenções, a proposta dois: a comissão eleitoral do Consinasefe deve ser eleita em Plena, devendo incluir tal previsão nas atribuições da Plenária. Superado o ponto, a mesa deu por encerrados os trabalhos do terceiro dia de Consinasefe, com previsão de início às oito horas do domingo. O quarto e último dia de Consinasefe (17/11) teve início às nove horas e quarenta minutos. A mesa foi composta por Rúbia, David Lobão e Aluísio. O congresso teve início pela retomada do debate sobre as alterações estatutárias no ponto: Eleição, composição e funcionamento da DN, item dois – paridade. Foi retirada a primeira proposta, permanecendo para votação a proposta de constar a expressão “no mínimo de 50% do gênero feminino”, que foi aprovado por consenso. O item três, que a coordenação geral seja obrigatoriamente composta por representantes das duas categorias do sindicato. Não houve acordo com a tese e foram concedidas as respectivas defesas e a mesa encaminhou a votação: **proposta um –** obrigatoriedade de os três coordenadores do Sinasefe pertencerem às duas categorias. **Proposta dois –** não obrigatoriedade de os três coordenadores pertencerem às duas categorias. Aprovada a proposta dois, mantendo o atual regramento que não obriga a coordenação geral ser das duas categorias. O item **quatro da quarta discussão tratou da criação da Pasta de Inclusão e Acessibilidade**. David Lobão consultou o plenário que teve pleno acordo com a criação da Pasta de Inclusão e Acessibilidade. Entretanto, a tese tinha como desdobramento as propostas de composição da Pasta com três coordenadores, e não dois como as demais pastas do sindicato. Lobão ponderou com o proponente da tese, que a pasta acompanhasse a formação das demais, ou seja, dois(uas) secretários(as). Não houve concordância e a mesa concedeu a palavra para as devidas argumentações. Em sua argumentação o proponente da tese citou as três principais deficiências que atingem as pessoas: visual, auditiva e a necessidade do uso de cadeiras. A seguir, foram feitas intervenções por Lobão, Clarissa e Rúbia, a defesa contrária à tese. Após o debate dos desdobramentos, o plenário votou e aprovou: criação da Pasta de Inclusão e Acessibilidade, composta por dois membros. Assim, dois suplentes passarão à titularidade, devendo ser realizado ajuste no artigo que prevê os cargos titulares, que passam a 23 (vinte e três) e suplentes que serão 04 (quatro). Em seguida, a mesa abriu defesa, em função da polêmica apresentada: de prioridade ou obrigatoriedade de pelo menos um membro ser portador de deficiência. Foram feitas as devidas defesas e a mesa encaminhou a votação: **proposta um** – Prioridade de que pelo menos um membro seja portador de deficiência. **Proposta dois** – Obrigatoriedade de que pelo menos um membro seja portador de deficiência. Aprovada com abstenções e

algumas declarações de voto, a **proposta um e no sentido que a** Coordenação de Inclusão e Acessibilidade terá prioridade para pessoas com deficiência. Superado esse ponto, Clarissa propôs que fosse colocada em votação a tese vinte e um, que altera a composição da Coordenação de Combate às Opressões. Após amplo debate foi consenso: "a Coordenação de Combate às Opressões será composta por LGBTQI+'s, ou negros(as), ou indígenas, excluindo a questão das mulheres integrarem também esta pasta, pois possuem secretaria especifica. Retomada a ordem da discussão da DN, em debate o item seis, com a proposição da tese de somente os titulares tenham direito a voto na DN. Houve contrariedades, mas a tese foi mantida. Assim sendo, foram abertas as defesas contra e a favor. Encerradas as defesas, foi encaminhada a votação política: **proposta um** – Terão direito a voto na DN os 23 titulares. **Proposta dois** – Terão direito a voto na DN os 27 membros (titulares e suplentes). Aprovada a proposta dois, com abstenções e declarações de voto. Com essa votação foi vencida a discussão da DN e foi iniciado o debate do financiamento do Sinasefe. O primeiro item tratou da contribuição do filiado ao Sinasefe. Foram abertas as defesas contrárias. Após as argumentações nas defesas os proponentes da tese retiraram a proposta. O segundo item tratou do repasse das seções para o Sinasefe, e alterava o percentual. A mesa encaminhou primeiramente a votação de manutenção ou alteração do percentual do repasse, caso a alteração fosse aprovada, aí sim, seriam discutidos os percentuais propostos. Foram abertas três defesas para cada posição. Foram feitos ainda alguns esclarecimentos. Após as defesas foi encaminhada a votação. **Proposta um** – manutenção do percentual de 15% de contribuição das seções ao Sinasefe Nacional. **Proposta dois** – alteração do percentual da contribuição mensal ao Sinasefe Nacional. Aprovada a proposta um com abstenções e duas declarações de voto. Ainda na discussão do financiamento, o terceiro item tratou da redução do percentual de 20% para 15% do repasse das ações jurídicas para o Sinasefe Nacional. Houve posição contrária e a mesa abriu as devidas defesas e em seguida votação. **Proposta um** – manutenção do percentual atual, de 20% para o repasse das ações judiciais ao Sinasefe. **Proposta dois** – Redução para 15% para o repasse das ações judiciais ao Sinasefe. Aprovada com abstenções e uma declaração de voto, a proposta um, de manutenção do percentual atual de 20%. Superada a discussão, a mesa retomou o item do Conselho de Ética, a partir da definição de princípios. E foi **aprovado por consenso:** 1. O CE deve ter independência e imparcialidade. 2. Zelar pelo Código de ética sindical. 3. Apresentar à Plena, a proposta do regimento do Conselho de Ética. 4. Manter guarda e controle dos processos. 5. O CE é uma instância consultiva em matéria de ética sindical e poderá realizar juízo de admissibilidade das reclamações, submetendo o relatório opinativo às Instâncias do Sinasefe para deliberação. 6. O CE deve ter uma atuação pedagógica dos processos. A seguir, foram apresentados e debatidos os destaques: item a) Proteção à honra, imagem e identidade da pessoa investigada - após alguns esclarecimentos, foi consenso a proteção à honra e à imagem da pessoa investigada. Na discussão sobre a **competência do Conselho de Ética,** o item "a" foi destacado e houve amplo debate e foi consenso: o Conselho de Ética é uma instância consultiva em matéria de ética sindical. Quanto a admissibilidade das denúncias o Conselho de Ética analisará e, se verificada que infundada, sem indícios e nem provas, poderá fazer parecer conclusivo e submetendo para julgamento/deliberação da Plena

quanto a continuidade ou não. O denunciante, caso a Plena confirme o arquivamento, poderá recorrer da decisão. O item “d”, após debatido o destaque, foi aprovado: ao CE compete, em conjunto com a assessoria jurídica, dirimir dúvidas a respeito da interpretação de normas. Vencido o ponto sobre o Conselho de Ética, a mesa passou à discussão das polêmicas **do item sete – Encontro de Mulheres**. a) Comissão de organização do Encontro de Mulheres, após breve debate foi consenso: a comissão de organização do Encontro Nacional de Mulheres do Sinasefe deve ser composta pelas integrantes da Pasta, mais cinco mulheres da base, eleitas em Plena. O Encontro será específico, com três dias de duração. O Encontro terá a periodicidade anual, e a realização de encontros regionais de mulheres em anos ímpares, a partir de 2021, o que não compromete o encontro nacional, a partir de 2020 e nos demais anos pares. Que os Encontros regionais: Sul, Sudeste, Centro Oeste, Norte e Nordeste sejam organizados pelas seções que compõem as respectivas regiões do Brasil, com o suporte da pasta de Mulheres do Sinasefe. Fica garantido um momento, para compartilhamento com os homens, os debates sobre a questão de gênero, que poderá ser colado numa Plena ou Congresso. A discussão sobre o Congresso foi iniciada pelas polêmicas detectadas nas teses. A primeira delas foi a proposta de periodicidade do Congresso a cada dois anos ou anual. Foram abertas as defesas para cada posição. Ao final, encaminhada a votação: **proposta um** - manutenção da realização anual do Consinasefe. **Proposta dois** – O Consinasefe passa a ser realizado a cada dois anos. Aprovada com abstenções, a proposta um, de manutenção de realização anual. A seguir foi submetida a proposta de realização do congresso estatuinte a cada quatro anos. Houve o debate e argumentações contrárias e a favor, com relação à discussão exclusiva do estatuto. Assim sendo a mesa encaminhou a votação: **Proposta um** - A cada quatro anos o congresso deverá ser exclusivamente estatuinte. **Proposta dois** – A cada quatro anos o Consinasefe deverá ser prioritariamente estatuinte. Aprovada a proposta dois, o Consinasefe, a cada quatro anos deverá ser **prioritariamente** estatuinte. Seguindo, foi aprovado que a Comissão eleitoral para eleições da DN, CF e CE será composta por um membro representante de cada chapa que componha a DN e um membro da Plena que não represente nenhuma das chapas. A seguir foi iniciada a discussão sobre a composição da Plena, o item “a” – números de delegado(a)s das seções de base. A mesa inicialmente encaminhou a seguinte votação**: proposta um** – manutenção de dois(uas) delegado(a)s das seções de base à Plena. **Proposta dois** – alteração do número de delegado(a)s das seções de base à Plena. Aprovada por 84 votos a 82, com abstenções, a proposta: manutenção do número de dois(uas) delegado(a)s das seções de base à Plena. A seguir, foi iniciada a discussão de transformar os membros da DN em delegados natos. Lobão fez uma ponderação com Ivo, proponente da tese, que após a argumentação retirou a proposta. Ainda sobre a Plena, passou-se à discussão sobre as seções inadimplentes. Após algumas intervenções, a proposta foi retirada. A seguir foi feita a discussão da **vacância da DN**, com amplo debate sobre o rito de substituição simples na DN. Ao final, foi consenso que as substituições de membros da DN por outro da mesma chapa, basta que um dos integrantes da chapa encaminhe comunicado oficial à DN, que deverá proceder a homologação oficial da troca. O substituto deverá constar do rol de inscritos na referida chapa ao Consinasefe Eleitoral. Após a confirmação da substituição, a chapa fará a

apresentação formal em fórum do Sinasefe, a fim de que conste em ata, sem prejuízos à participação do mesmo em atividades e reuniões da DN. Ficou estabelecido e aprovado que a assessoria jurídica nacional realizará as modificações estatutárias deliberadas neste Congresso e demais ajustes necessários de redação e renumeração dos dispositivos legais. Em função do pouco tempo para o final do congresso, Lobão propôs a votação simbólica, de o Consinasefe autorizando a Direção Nacional do Sinasefe a discutir nos fóruns dos SPFs, a construção da Greve dos SPFs contra o desmonte do Estado pelo governo Bolsonaro. Feita a votação, o Congresso aprovou por ampla maioria. Lobão informou ainda, que as teses de formulações políticas, deverão ser encaminhadas para debate em Plena. Em seguida, Aluísio, integrante da Comissão de Organização do 33º Consinasefe parabenizou e agradeceu, em nome da Comissão, o empenho e dedicação do corpo de funcionários do Sinasefe, na realização do congresso. Finalizando, Rúbia fez a leitura e submeteu ao plenário as moções apresentadas: 1. Moção de Repúdio ao governo Bolsonaro pela tentativa de extinção do Serviço Social na Previdência Social Brasileira. 2. Carta das Mulheres sobre a metodologia da Ciranda nos fóruns do Sinasefe. Encerrando, foi exibido o vídeo da intervenção da coordenadora Lucrécia no Ato em frente à Embaixada da Venezuela, invadida na última quarta-feira. Isaías, Coordenação de Pessoal, Pasta de Aposentados parabenizou a Comissão Organizadora, pelo esforço para a realização do congresso. Ressaltou ainda que tudo que foi aprovado foi um grande avanço para o avanço e a garantia para o estado democrático e a democracia. A final parabenizou e agradeceu a presença de todos e todas. A palavra, Dr. Valmir, em nome da assessoria jurídica do Sinasefe, parabenizou os congressistas, ressaltando a importância e necessidade da discussão política, que é fundamental no momento. Parabenizou ainda, a Direção Nacional e à Comissão organizadora do Consinasefe pela competência e eficiência na organização de um evento com essa grandiosidade. Finalizando sua fala, Valmir colocou a Assessoria Jurídica à disposição das seções no que for necessário. Após as considerações finais, Rúbia Sagaz agradeceu a presença de todas e todos e, às treze horas e dez minutos, deu por encerrado o 33º Consinasefe, e eu Rúbia Graziela de Souza Sagaz, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada por demais membros da Coordenação do Sindicato.

CARLOS MAGNO AUGUSTO SAMPAIO
Coordenador Geral do SINASEFE

CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO
Coordenador Geral do SINASEFE

CAMILA DE SOUZA MARQUES SILVA
Coordenadora Geral do SINASEFE

RÚBIA GRAZIELA DE SOUZA SAGAZ
Secretária do 33º CONSINASEFE